

Abrams reforça pressão de acordo do Brasil com FMI

Pelo menos formalmente, o Governo americano continua insistindo em que o Brasil deve procurar primeiro o FMI, para depois resolver suas contas com os credores oficiais no Clube de Paris e reescalonar sua dívida a longo prazo com os bancos comerciais. O secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos, Elliot Abrams, reforçou ontem mais uma vez o papel do Fundo na administração dos problemas da dívida.

O FMI terá programas *standby* ou acordos ampliados de vigilância (*enhanced surveillance*) com 13 dos 15 grandes devedores — disse Abrams, durante encontro organizado no Sheraton pela Associação das Câmaras de Comércio Americanas na América Latina. — O FMI não tem programa com o Brasil ou com o Peru.

Abrams foi extremamente contido e cauteloso e não se afastou um milímetro sequer das propostas ortodoxas de solução do problema da dívida externa que o governo americano vem repetindo há meses. Ele encontrou até mesmo diversos aspectos positivos na crise do endividamento ("embora eu não queira ressaltar esse lado", disse): ela serviu como impulso para a mudança, como incentivo para adotar políticas econômicas melhores, taxas de câmbio mais realistas e a redução de déficits fiscais nos países endividados.

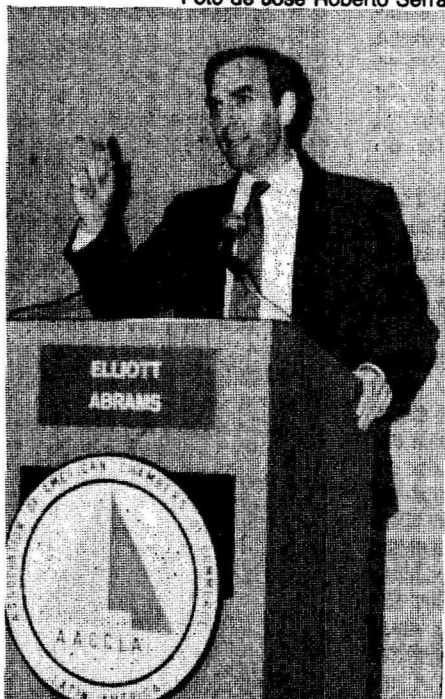
Falando para uma seleta platéia de empresários, grande parte deles representando firmas estrangeiras, Abrams causou alguma decepção no público, principalmente devido à sua evidente recusa em abordar os aspectos específicos do contencioso comercial entre o Brasil e os Estados Unidos, tema que dominou muitas conversas paralelas e que esteve presente como pano de fundo a um debate reunindo expressivas personalidades do governo e área econômica de ambos os países.

Abrams preferiu insistir na importância da abolição de mecanismos de intervenção estatal na economia, associando esse processo às mudanças políticas registradas na América Latina nos últimos anos. Na América Latina, o Estado passou a desempenhar um papel muito maior na sociedade, do que pode ser justificado pela demanda de eficiência, equidade ou democracia. E os latino-americanos estão reconhecendo isso — disse.

Torcendo o braço

O moderador da discussão, o economista Paulo Rabello de Castro, provocou considerá-

Foto de José Roberto Serra



Abrams evitou fazer crítica

vel excitação entre os participantes ao perguntar se o governo americano "não estaria torcendo o braço errado" quando desatou o pacote de pressões políticas e comerciais contra o Brasil, entre outros países com os quais os EUA têm seu gigantesco déficit comercial de US\$ 170 bilhões.

— Os Estados Unidos mantêm o mercado aberto para o Brasil, pois sabemos que o Brasil tem de pagar a dívida — disse John Rosenbaum, responsável pela América Latina, Caribe e África junto ao US Trade Representative. — Mas temos de lidar com um Congresso de onde vêm muitas pressões, e esperamos que países como o Brasil no dêem algum tipo de munição.

Do lado brasileiro, participantes como Laerte Setúbal, vice-presidente da Duratex e um dos integrantes do Grupo dos 30 (empresários brasileiros empenhados em melhorar as relações com os EUA) e Amaury Temporal, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, lamentaram sobretudo a ausência de uma melhor articulação dos interesses brasileiros junto ao Executivo e Legislativo americano.